

BRUNO CARVALHO PIRES LEAL

Jurisdição Condicionada

*Uma releitura do acesso à
justiça no âmbito civil*

Prefácio: Ministro Reynaldo Soares da Fonseca

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2020

Copyright © 2020 by Bruno Carvalho Pires Leal

Categoria: Acesso à Justiça

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Patricia Castillo

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

L435j

Leal, Bruno Carvalho Pires

Jurisdição condicionada : uma releitura do acesso à justiça no âmbito
civil / Bruno Carvalho Pires Leal. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2020.
200 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 155-180.

ISBN 978-65-5510-022-8

1. Acesso à justiça. 2. Direitos fundamentais. 3. Jurisdição condicionada.
4. Prestação jurisdicional. 5. Jurisdição civil. I. Título.

CDD 346

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Lista de abreviaturas	VII
Prefácio.....	XV
1 Introdução	1
2 O direito fundamental ao acesso à justiça	7
2.1. Características.....	8
2.1.1 Historicidade.....	8
2.1.2 Indisponibilidade e inalienabilidade.....	13
2.1.3 Relatividade.....	13
2.2 As dimensões objetiva e subjetiva dos direitos fundamentais	15
2.2.1 A eficácia dos direitos fundamentais nas relações entre particulares.....	16
2.3 O acesso à justiça enquanto direito fundamental.....	20
2.3.1 A assistência judiciária: a primeira “onda”	23
2.3.2 A defesa dos direitos difusos: a segunda “onda”	27
2.3.3 Acesso à justiça efetivo: a terceira “onda”.....	30
2.4 O tratamento adequado dos conflitos.....	31
2.4.1 A fraternidade como um norte	32
2.4.2 Conciliação e mediação	36
2.4.3 Arbitragem.....	43
2.4.4 A proceduralização	45
2.5 O acesso à justiça no mundo digital	48
2.5.1 O Poder Judiciário e a pós-modernidade	49

2.5.2 Os métodos de solução digital de conflitos	54
3 O direito à prestação jurisdicional efetiva.....	57
3.1 A efetividade do processo	59
3.1.1 As tutelas diferenciadas	61
3.1.2 O dever de conformação procedimental e o poder negocial das partes	63
3.2 A hipertrofia dos litígios e o papel dos precedentes para o acesso efetivo à jurisdição	67
3.2.1 O civil law brasileiro e a influência dos precedentes	70
3.2.2 Os deveres de uniformização, coerência, integridade e estabilidade dos precedentes.....	74
3.2.3 Os precedentes vinculados	77
3.2.3.1 Decisões do Supremo Tribunal Federal em sede de controle concentrado de constitucionalidade	78
3.2.3.2 O incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR)	81
3.2.3.3 O incidente de assunção de competência (IAC)	84
3.2.3.4 Recurso extraordinário e especial repetitivos	86
3.2.3.4.1 Recurso Extraordinário e a repercussão geral.....	87
3.2.3.4.2 Recurso Especial	89
3.2.3.4.3 O rito dos julgamentos repetitivos	90
3.2.3.4.4 As súmulas	92
4 O acesso à jurisdição civil	99
4.1 O direito de ação e seus pressupostos	99
4.1.1 A legitimidade ad causam	101
4.1.2 A pretensão resistida como elemento do interesse de agir	103
4.2 As restrições impostas ao acesso à jurisdição civil	105
4.2.1 Ação Rescisória	106

4.2.2 Reclamação	110
4.2.3 Habeas data e a necessidade de prévia recusa administrativa	113
4.2.4 O prazo decadencial do mandado de segurança	115
4.2.5 A repercussão geral no recurso extraordinário e o prequestionamento da matéria como regra para admissibilidade dos recursos constitucionais.....	117
4.2.6 O julgamento do Recurso Extraordinário n.º 631.240/MG	121
4.2.7 A jurisdição constitucional e suas condicionantes.....	128
4.2.7.1 A ação direta de inconstitucionalidade (ADI) e a ação declaratória de constitucionalidade (ADC)	129
4.2.7.2 O caráter residual da arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF).....	133
4.2.7.3 A ação direta interventiva e a ação direta de inconstitucionalidade por omissão	137
4.2.8 O esgotamento das instâncias esportivas.....	139
4.2.9 A garantia do juízo e os embargos à execução fiscal (art. 16 da Lei n.º 6.830/1980).....	140
4.2.10 A inafastabilidade da jurisdição às avessas	141
4.3 A proteção ao núcleo essencial e interpretação histórico-evolutiva do acesso à jurisdição	143
Conclusão	151
Referências.....	155